

Reafirmando Cairo + 10

De 25 a 27 de junho aconteceu, em Porto Rico, o Fórum de Organizações do movimento de mulheres sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, do qual participaram representantes de redes, campanhas e articulações da América Latina e Caribe.

O Fórum foi promovido pela Rede para a Saúde Integral da Mulher em Porto Rico (Red SIeMPRe), dentro do processo de acompanhamento à Conferência sobre População e Desenvolvimento (CIPD, Cairo), e aconteceu pouco antes do período de sessões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (28 junho a 02 de julho), onde o Comitê Especial de População e Desenvolvimento vai se pronunciar sobre a declaração aprovada na reunião da Mesa Diretiva do Comitê, realizada em março deste ano. Essa Declaração foi adotada consensualmente por representantes de 37 países e convoca os países a redobrar esforços no enfrentamento da mortalidade materna, levando em conta os múltiplos fatores causais. Além disso, assinala a importância da prevenção do HIV, bem como o tratamento e atendimento de pessoas infectadas, dando ênfase aos Direitos Humanos.

Agenda Feminista

Informe da Red SIeMPRe destaca a necessidade de a agenda feminista na área de direitos sexuais e direitos reprodutivos ir além da Plataforma do Cairo. E este foi um dos debates realizados no Fórum, que também teve por objetivo preparar um documento de posição do movimento de mulheres da América Latina e Caribe, frente ao processo Cairo + 10.

O evento foi apoiado por Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe (RSMLAC), por International Women's Health Coalition (IWHC), Population Action International (PAI) e Catholics for a Free Choice (CFFC).

O orçamento e a igualdade entre mulheres e homens

Debater as políticas públicas levando em conta o impacto que um *orçamento com perspectiva de gênero* pode ter na promoção da igualdade. Este foi o principal objetivo do Seminário Internacional realizado ontem (29), em Brasília, numa parceria do CFEMEA com a Comissão Mista do Orçamento, Bancada Feminina do Congresso, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e Unifem.

O evento teve como tema "Orçamento – promovendo a igualdade entre mulheres e homens" e, de acordo com Gilda Cabral (CFEMEA/FBO), foi pensado como uma forma de sensibilizar parlamentares para o combate às desigualdades a partir do que é definido no orçamento.

O Seminário também avaliou como a ação governamental atinge desigualmente mulheres e homens, não só a partir do caso brasileiro, mas considerando experiências do México e Chile, atualmente apoiadas por Unifem. Gilda Cabral chamou a atenção para a importância deste debate no contexto de um ano eleitoral e diante do compromisso - assumido pelo governo federal - de rever o Plano Plurianual todo ano, "ainda que não saibamos como será isso, inclusive por conta do PPA 2004-2007 ainda não ter sido aprovado".

Fórum Brasil do Orçamento

Outro evento que também discutiu o impacto das políticas macro-econômicas no conjunto das políticas públicas foi a reunião da coordenação política do Fórum Brasil do Orçamento (FBO), realizada também no dia de ontem (29), em Brasília. A reunião teve por objetivo posicionar o Fórum frente a este contexto de dissociação das políticas econômicas das políticas sociais, a partir da Campanha por uma Lei de Responsabilidade Social.

Esta seria uma das formas de enfrentar a atual política de manutenção do superávit primário, com o governo federal deixando de investir de 10 a 13 bilhões de reais em políticas sociais. Para Gilda Cabral, da secretaria executiva do Fórum, diante da proximidade das eleições municipais, é muito importante pautar em nossa luta, desde o plano local, a incidência no orçamento. Neste sentido, a perspectiva do FBO é subsidiar as organizações dos movimentos sociais para este debate, considerando que a descentralização impõe aos municípios uma série de responsabilidades na execução de políticas públicas.

Estimulando candidaturas de mulheres

Criado numa iniciativa conjunta da Casa da Mulher do Nordeste, Centro das Mulheres do Cabo (PE) e Fundação Joaquim Nabuco, o projeto "Mulher e Democracia" realizará no mês de julho o curso *Preparando a Campanha para Vereadoras e Prefeitas 2004*.

As atividades do curso iniciam pelo Nordeste, mas o projeto também atuará no Norte do país, nos próximos quatro anos. O Projeto pretende fortalecer o debate sobre a representação das mulheres nas esferas de poder e ainda estimular candidaturas de mulheres e capacitar futuras prefeitas e vereadoras numa "Escola Feminista de Formação Política para Promoção da Igualdade". A Escola é uma das quatro linhas de ação do Projeto, que ainda inclui: pesquisa, monitoramento, comunicação e assessoria.

Até o final do ano, será realizado outro curso, desta vez para assessoria de mulheres que estão em cargos no Executivo e no Legislativo. Mais informações: cmnmulheredemocracia@uol.com.br.

Direitos das Mulheres

Supremo analisa ação para antecipação de parto

O Supremo Tribunal Federal vai se pronunciar, nesta quinta-feira (1), sobre a ação encaminhada pela Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es na Saúde (CNTS), no sentido de que o STF exclua a necessidade de autorização judicial (ou qualquer permissão específica do Estado) para antecipação de parto de mulheres, assim que constatada a anencefalia do feto (ausência de cérebro). Esta má formação congênita é fatal em 100% dos casos.

A ação da CNTS está baseada no argumento de que estão sendo sonegados às mulheres os direitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade e autonomia da vontade, além do direito à saúde. Trata-se, portanto, de um atentado também aos direitos humanos. Dentro da cobertura da Imprensa à matéria no STF, destaque para a reportagem de hoje (30) do Correio Braziliense (seção CONtextos).

CONtextos - Em referência ao Dia do Orgulho da Diversidade Afetivo-sexual, comemorado neste 28 de junho, anexamos o texto "La Diversidade nos enriquece", da Campanha por uma Convenção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos.

Sobre Cairo + 10, incluímos a notícia da reunião da CEPAL (nota nesta edição) publicada do boletim Mujeres Hoy. No terceiro anexo, a reportagem do Correio Braziliense sobre a ação movida pela Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es na Saúde no Supremo Tribunal Federal (confira na nota acima). A ação será votada nesta quinta.

O desafio de aprofundar o debate da questão urbana

A ausência da perspectiva de gênero nas políticas urbanas foi a principal conclusão dos debates realizados na oficina "Cidades Democráticas e Inclusão Cidadã", realizada pela Fase, dias 24 e 25 de junho.

De acordo com Regina Ferreira, assessora do Programa Nacional de Direito à Cidade, da Fase Nacional, a reflexão teve como ponto de partida a análise da questão de gênero nas resoluções da Conferência Nacional de Cidades (outubro/2003), onde pouco aparecem propostas que ampliem o acesso das mulheres a direitos que podem ser assegurados por políticas urbanas.

Para Regina, é preciso ampliar este debate entre as organizações de mulheres, aprofundando a análise e os desafios apresentados na Plataforma Política Feminista. A Plataforma destaca a sobrecarga das mulheres, gerada a partir da divisão sexual do trabalho. Com a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, as mulheres são as mais atingidas pela falta de equipamentos sociais (creches, lavanderias públicas etc) e pela precariedade dos serviços sociais nas áreas de habitação, saneamento, transporte, espaços de lazer e tantos outros.

Outro aspecto destacado por Regina foi sobre a pequena participação de mulheres (15%) no Conselho Nacional de Cidades, também definido na Conferência realizada ano passado. "Não basta ampliar esta participação, mas também garantir que a representação tenha vínculo com as organizações do movimento de mulheres".

Na continuidade, as/os participantes da oficina pretendem aprofundar estratégias para formação de lideranças do movimento de mulheres, a fim de incidir nos espaços de controle social das políticas urbanas, nos três níveis de governo. Além disso, pretendem ampliar o debate sobre uma agenda de reforma urbana que inclua a perspectiva de gênero nos princípios para a gestão democrática da cidade.

Participaram da oficina militantes feministas do Rio de Janeiro, representantes da Central de Movimentos Populares, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e técnicas/os da Fase e do CONAM. Para animar os debates da oficina, a Fase convidou a feminista Taciana Gouveia, do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.